



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - LATO SENSU.**

A nova geopolítica do Brasil:

Análise das Implicações da Expansão do BRICS nas Relações Exteriores e na
Política Econômica Brasileira.

RODRIGO RAMOS SILVA

Foz do Iguaçu
2024

RODRIGO RAMOS SILVA

A nova geopolítica do Brasil:

Análise das Implicações da Expansão do BRICS nas Relações Exteriores e na Política Econômica Brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero
UNILA

Avaliador: Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DO BRICS NAS RELAÇÕES EXTERIORES E NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA.

RODRIGO RAMOS SILVA¹

RESUMO

Este artigo analisa as motivações e impactos da expansão do BRICS na política externa e nas relações econômicas do Brasil. O surgimento do bloco como um contraponto ao Grupo dos sete (G7), tem sido objeto de muita atenção e debate, pois as relações de poder estão sofrendo transformações significativas. Para o Brasil, a expansão do BRICS representa um leque de oportunidades, com acentuadas ressalvas. O bloco, diverso em sua composição, em caráter político, econômico, social e cultural, além das questões geográficas, que o distinguem dos demais blocos já consolidados, oferece oportunidades de diversificação de parcerias comerciais, acesso a novos mercados e maior influência política. A hegemonia dos Estados Unidos não se configura como no pós-guerra fria, embora sua dominância seja incontestável, hoje vivemos em um mundo multipolar setorialmente. No entanto, a ascensão de novas potências dentro do grupo e as crescentes tensões geopolíticas entre o BRICS e o Ocidente exigem do Brasil mais pragmatismo. Em termos econômicos, a expansão pode impulsionar o comércio e os investimentos e exportações do Brasil com os novos membros, e suas possíveis conexões com o Mercado comum do Sul (MERCOSUL), mas também traz o desafio da crescente concorrência, especialmente em relação a China e Índia. O artigo adota uma metodologia predominantemente qualitativa, baseada na análise de documentos oficiais, discursos de autoridades, artigos acadêmicos e notícias relevantes. Conclui-se que o Brasil precisa se preparar para os desafios e oportunidades que a expansão do BRICS apresenta, adotando uma estratégia proativa e o investimento em áreas estratégicas.

Palavras-chave: BRICS; política externa; multipolaridade; geopolítica; cooperação Sul-Sul.

1. INTRODUÇÃO

Foi concretizada durante a XV Cúpula do BRICS em Sandton, África do Sul, de 22 a 24 de agosto de 2023, a Declaração de Joanesburgo II, onde o bloco anunciou a expansão do BRICS, com a inclusão de seis novos membros, Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, a tornarem-se membros de pleno direito do BRICS a partir de 1 de janeiro de 2024. O anúncio surge como um marco na reconfiguração da ordem global, visto que na participação global do PIB, o BRICS terá parte de 29% da economia mundial, conforme último relatório do FMI. É crucial entender que a integração no BRICS não segue um modelo linear, o Brasil, ao participar do BRICS, deve considerar que a integração pode ocorrer de maneiras diversas, dependendo das circunstâncias políticas e econômicas de cada membro. Essa flexibilidade pode ou não ser uma vantagem para o Brasil, permitindo adaptação de suas estratégias conforme as necessidades individuais e coletivas no bloco, porém, com implicações significativas para o Brasil.

Este artigo de pesquisa se propõe a analisar como essa expansão impactará a política externa e as relações econômicas do país, considerando os desafios e oportunidades que emergem nesse contexto, dada a tensão militar que predomina no cenário mundial, o agravante climático, que evidentemente multiplica a dificuldade de realizações concretas em quaisquer setores, intensificados pelo desenvolvimento da crescente multipolaridade. (IPEA; FORESIGHT, 2011)

As problemáticas que se colocam diante da expansão do BRICS e da crescente influência do bloco, que surge como um ideal de contraponto ao G7, são significativas. O G7 possui 27% do PIB global e é composto por países como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, com a União Europeia também representada. Esses países representam mais de 64% da riqueza líquida global, equivalente a 263 trilhões de dólares estadunidenses, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024). A diversificação dos membros do BRICS nos campos econômico, cultural, social e político apresenta um dilema estratégico para o Brasil: como equilibrar seus interesses nacionais com as demandas e oportunidades de um bloco em transformação.

Dada a diversidade dos atuais BRICS, sugere-se que nem todos os blocos de integração buscam um aprofundamento contínuo. As experiências de integração regional das quais o

Brasil faz parte ou já integrou, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), podem ser pontos de partida diante desse contexto. Isso levanta questões sobre como aproveitar as oportunidades econômicas e comerciais que a expansão oferece, ao mesmo tempo em que o Brasil enfrenta os desafios da concorrência e a necessidade de diversificação de parcerias, especialmente com a China e a Índia, que estão expandindo suas relações.

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para um debate futuro acerca das concretudes dessa expansão, dada a proximidade temporal do fato, com suas limitações de dados, relatórios e bases bibliográficas. Para tanto, serão examinados dois seguintes aspectos:

Primeiramente, os impactos na política externa: analisar como a expansão do BRICS afeta a inserção internacional do Brasil, suas relações com os demais membros do bloco, visto que a maior parte dos membros não são próximos geograficamente, diferentemente de outros blocos, exceto pela Argentina e com potências ocidentais dada a sua estratégia *soft power*, bem como sua atuação em temas-chave da agenda global, como segurança, comércio e meio ambiente, corroboradas com o plano global da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030, da qual o Brasil é signatário.

E de forma secundária, os impactos nas relações econômicas: Avaliar como a expansão do BRICS influencia o comércio exterior, os investimentos, importação e exportação, sobretudo em relação ao mercado petrolífero, segundo Dados da Energy Institute Statistical Review, a participação dos BRICS na produção de petróleo está projetada para 43%, cerca de 38 milhões de barris por dia (B/D), parte significativa deve-se ao ingresso da Arábia Saudita, que sozinha responde por 12,9% da produção mundial de petróleo (ENERGY INSTITUTE; IBP, 2023). Além da cooperação econômica do Brasil, além dos acordos de produção científica e tecnológica com viés de potencializar a industrialização dos membros do bloco.

2. METODOLOGIA E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

A metodologia adotada será predominantemente qualitativa, baseada na análise de documentos oficiais, discursos de autoridades, artigos acadêmicos e notícias relevantes sobre o tema, bem como as aulas realizadas durante o curso, sobretudo em relação a disciplina de Integração Regional Latino-Americana ministrada pelo Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero. O BRICS como bloco de integração, representa o interesse de cooperação entre países emergentes do sul global, além do intuito de ser configurar como um

contrapeso a instituições já consolidadas e suscitar reformas estruturais nessas estruturas. Com a expansão o bloco, sua posição nos negócios internacionais ficam mais evidentes, diversificada e ampla, e traz consigo uma variedade de desafios e agendas de interesses individuais de cada estado e coletivos, que leva a reflexão de como a tomada de decisões do bloco irá consolidar a construção de um consenso. Portanto a análise do BRICS, considerará as oportunidades e desafios que oferece ao Brasil, seus desafios que podem impactar a coesão do grupo e os potenciais modificadores do grupo como um todo. Para isso, será considerado a fala do atual presidente da república federativa brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal digital Poder360, no quadro “Conversa com o Presidente” em 29 de agosto de 2023, onde Lula, expõe suas percepções sobre a expansão e tece comparações com o G7, alegando que o grupo se torna mais forte e relevante nas discussões econômicas e políticas internacionais, bem como questões como a criação de uma moeda de negociação entre os países integrantes do Brics e a reforma do conselho de segurança da ONU (Lula, 2023).

No desenvolvimento desse artigo, tem-se como método interpretativo, o modelo geopolítico do inglês Halford J. Mackinder, que desenvolveu a teoria do Heartland, (ou “coração da terra”), que enfatiza a região como ponto crucial para o controle global, segundo (Mackinder, 1904) a área abrange partes da Europa Oriental e da Ásia Central, e quem dominar essa região, detém o poder sobre rotas de comércio e recursos, guiando a dinâmica de poder global. A teoria do Heartland servirá de base para apontamentos relativo ao futuro dos BRICS expandidos, sobretudo com relação a Rússia e China que se colocam com atores principais nesse novo cenário em relação ao degelo do Ártico.

E por fim, tecerei algumas observações acerca da Declaração de Joanesburgo II, resultante da XV Cúpula do BRICS, que reflete as aspirações dos países em desenvolvimento, na busca por um sistema internacional mais justo e inclusivo. A declaração enfatiza a importância do multilateralismo e cooperação, além da necessidade de diálogo e promoção de direitos humanos.

A pesquisa se dividirá em 2 capítulos:

- A expansão do BRICS e impactos na política externa do Brasil: Contextualizar a expansão do BRICS no cenário geopolítico, analisando suas motivações, desafios e

implicações para a governança global, com enfoque no papel do Brasil e suas possíveis articulações.

Neste capítulo, será explorado o surgimento dos BRICS como um ator global influente, desafiando o domínio tradicional das potências ocidentais. Serão examinadas as motivações, políticas e estratégicas por trás da expansão do bloco, bem como os desafios enfrentados. Durante as aulas foi possível compreender as dinâmicas de poder na América Latina, historicamente dominadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia e a partir disso, trazer subsídios de como expansão dos BRICS pode transformar essas dinâmicas. No entanto, a região enfrenta desafios internos, como corrupção e desigualdade, que podem dificultar a integração e a cooperação com os BRICS. Exemplos como a crise de governabilidade no Peru e os conflitos democráticos na Colômbia destacam essas dificuldades. Sendo o Peru, um possível próximo membro do grupo além do Brasil e Argentina. Também serão analisadas as implicações da expansão do BRICS para a governança global, incluindo a reforma das instituições internacionais e a ascensão de novas potências.

- Impactos nas relações econômicas do Brasil: Avaliar como a expansão do BRICS influencia o comércio exterior, os investimentos, exportações e importações e a cooperação econômica do Brasil com os demais membros do bloco.

Neste capítulo secundário, será avaliado o impacto da expansão do BRICS nas relações econômicas do Brasil. Serão examinadas as mudanças no comércio exterior, um breve levantamento de dados acerca das negociações comerciais vigentes, compreendendo a necessidade de uma crescente no ramo industrial brasileiro, visto que o Brasil é um grande exportador agrícola, porém no contexto atual, de grande expansão Chinesa no mundo e seus investimentos no continente Africano, o Brasil pode ter seu mercado externo reduzido e a China começar a comercializar com os países da África, dada sua melhor proximidade. Além desafios enfrentados pelo Brasil em sua integração econômica com o BRICS, incluindo a diversificação de mercados e a redução da dependência de commodities de baixo valor agregado, que geram uma vulnerabilidade econômica ao exportar recursos naturais sem benefícios sustentáveis.

3. A EXPANSÃO DOS BRICS E OS IMPACTOS NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

A mídia tem abordado a expansão do BRICS com uma perspectiva que frequentemente considera a China como a principal beneficiária dessa mudança. Muitos analistas, tanto internacionais quanto nacionais, têm apresentado a expansão do grupo como um movimento de interesse majoritário da China, sugerindo que isso representa uma vitória exclusiva para o país asiático (Ramos, 2023). A expansão do BRICS em 2024, com a inclusão de novos membros como Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, deve ser entendida como um movimento coletivo dos países do Sul Global, que buscam maior autonomia e representação na ordem mundial, e não como uma mera estratégia de fortalecimento da influência chinesa (Ramos, 2023), se configurando como um contrapeso ao ocidente, liderada pelos Estados Unidos da América, mas existe um caminho extenso pela frente, especialmente em relação a mudanças nas estruturas de governança global e à desdolarização. A cúpula mais recente que originou a Declaração de Joanesburgo II, enfatizou a importância de integrar micro e pequenas empresas no comércio intra-BRICS e promover o intercâmbio entre os povos para melhorar a compreensão mútua e a cooperação (Ramos, 2023).

A formação do grupo não foi um evento isolado, mas sim o resultado de uma confluência de fatores econômicos, políticos e sociais que refletiam as aspirações de países em desenvolvimento em um mundo dominado por potências ocidentais. Segundo (Ramos, 2023), essa visão da mídia, tanto nacional, quanto internacional, sobretudo no ocidente, é simplista e ignora a complexidade das relações dentro do BRICS e os interesses autônomos dos países membros. A análise crítica sugere que a mídia tende a seguir uma narrativa que descredita ou ataca a China, refletindo uma falta de informação sobre a diplomacia chinesa e os reais objetivos do BRICS, que incluem a promoção de uma ordem mundial multipolar e a maior representação das economias emergentes nas instituições financeiras internacionais. Além disso, a cúpula bordou a questão da desdolarização, com países como Brasil e Rússia expressando interesse em discutir alternativas ao uso do dólar nas transações comerciais. O presidente Lula, por exemplo, levantou a questão de porque os países devem realizar seu comércio lastreado em dólar, provocando um debate internacional sobre o tema.

Um dos principais fatores que levaram à criação do BRICS foi a necessidade de uma plataforma que unisse países emergentes com potencial de crescimento econômico

significativo e a cobertura midiática muitas vezes não reconhece que a expansão do BRICS também é uma resposta a crescentes demandas de soberania e autonomia dos países do Sul Global, e não apenas uma estratégia de fortalecimento da influência chinesa (Ramos, 2023). A década de 2000 foi marcada por um crescimento robusto das economias do BRICS, que se destacaram em meio a crises financeiras que afetaram economias desenvolvidas. O conceito de "BRIC" foi inicialmente proposto pelo economista Jim O'Neill em 2001, que previu que esses países poderiam se tornar motores de crescimento global.

Os objetivos iniciais do BRICS foram claros: promover a cooperação econômica, política e cultural entre os membros, além de buscar uma maior representação e voz nas instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A ideia era que, juntos, esses países poderiam desafiar a hegemonia ocidental e criar um paradigma de governança global que refletisse as realidades do século XXI. A inclusão da África do Sul em 2010, que ampliou a representação do continente africano, reforçou essa intenção de diversificação e inclusão. Embora o BRICS tenha surgido como uma aliança promissora, sua formação também expõe as complexidades e os desafios inerentes à cooperação entre países com contextos tão distintos. Com a expansão atual, os objetivos não foram bem definidos, colocando em dúvida as proposições do grupo, dentro de seus próprios membros, como no caso de Brasil e Índia em primeiro momento. Além das disputas internas já existentes, como China e Índia, coloca-se em xeque a coesão e eficácia do grupo em pensar agendas em comum acordo (Ferrari; Ribeiro, 2020).

Historicamente, o Brasil tem buscado se posicionar como um líder regional e global, especialmente sob a égide de governos com viés progressistas que priorizaram a cooperação Sul-Sul. A participação do Brasil no BRICS, desde sua fundação, foi vista como uma oportunidade de fortalecer laços com países emergentes e diversificar suas relações internacionais, reduzindo a dependência de potências tradicionais. O atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, em seus discursos, no quadro "Conversa com o Presidente", vê o Brics como uma plataforma para promover o desenvolvimento econômico e social entre os países membros. Ele acredita que a colaboração entre essas nações pode gerar oportunidades de crescimento e investimento, beneficiando não apenas o Brasil, mas também os outros países do bloco, considerando os interesses e as dinâmicas locais.

A crescente interdependência econômica entre os países do Sul, especialmente entre Brasil e China, destaca a importância do BRICS como um mecanismo de cooperação que transcende as limitações impostas por blocos tradicionais. A política externa de Lula enfatiza a importância das relações entre países em desenvolvimento, ou seja, as relações

Sul-Sul. O Brics é um exemplo dessa estratégia, pois reúne países que compartilham desafios semelhantes e podem colaborar para encontrar soluções conjuntas em questões globais, como comércio, segurança e desenvolvimento sustentável, segundo adesão de parte dos países membros a Agenda 2030 estabelecido em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que integra um plano composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

Um dos pontos mais relevantes e o mesmo tempo sem garantias concretas da Declaração de Joanesburgo II, resultante da XV Cúpula do BRICS em agosto de 2024, é a ênfase na necessidade de reforma das instituições internacionais, como no caso das Nações Unidas, com apelo que reflitam sobre as questões geopolíticas atuais e as necessidades dos países em desenvolvimento (Declaração de Joanesburgo II, 2023).

"Apoiamos uma reforma abrangente da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança, com o objetivo de torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente" – Declaração de Joanesburgo II.

No entanto, a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU, se demonstra uma limitação ao grupo, a necessidade de unanimidade entre os cinco membros permanentes para qualquer reforma torna a mudança um objetivo difícil de alcançar, mas de acordo com a crítica de Lula, a estrutura atual da ONU, não reflete as necessidades atuais, pois o mundo não se configura mais como no pós-guerra e exige uma eficácia maior nas decisões globais (Poder360; Lula, 2023).

3.1. DESAFIOS DA EXPANSÃO

Existe uma diversidade no perfil dos novos membros, sobretudo suas transformações internas, que podem dificultar a formulação de uma agenda comum, especialmente em áreas sensíveis como políticas comerciais e segurança, que são cruciais para a eficácia do bloco. É o que ocorre por exemplo com a adesão da Argentina, a eleição de Javier Milei para a presidência da Argentina pode impactar a participação do país no Brics de várias maneiras, pelo fato de ser até o presente momento o único país além do Brasil a compor os BRICS na América Latina. Milei, que é conhecido por suas posições econômicas liberais

e críticas ao intervencionismo estatal, expressou dúvidas sobre os benefícios da adesão da Argentina ao Brics+. A chefe da chancelaria argentina também indicou que, no momento, não vê vantagens claras para o país em fazer parte do bloco (MORI, PINHEIRO, 2023). A possibilidade de que seja realizada uma reorientação das relações diplomáticas e comerciais da Argentina a outras alianças, acordos e blocos, que sejam mais compatíveis com a atual visão do novo governo, pode resultar uma diminuição de sua influência, não apenas no bloco, mas também suas relações bilaterais com o Brasil (MORI, PINHEIRO, 2023).

O Brasil, por sua vez, deve estar ciente de que suas políticas internas podem impactar sua posição no BRICS. A política externa brasileira, marcada por mudanças frequentes, pode dificultar a construção de uma estratégia coesa dentro do bloco. Como mencionado por (YANG, 2021), a instabilidade política no Brasil pode prejudicar sua capacidade de influenciar as decisões do BRICS, uma vez que a eficácia do bloco depende da coesão e da capacidade de seus membros de trabalhar juntos em torno de objetivos comuns, salientando que a conjuntura atual é diferente da de 2006, quando o bloco foi formado, refletindo a evolução econômica dos países.

Além disso, a análise de (YANG, 2021), destaca que a inclusão de novos países no BRICS não apenas fortalece a voz do bloco na arena internacional, mas também exige que o Brasil adote uma postura proativa e estratégica. O país deve buscar maximizar os benefícios da cooperação, enquanto gerencia as divergências que podem surgir devido às diferentes prioridades dos novos membros.

A expansão também gera um peso em relação ao Grupo dos Vinte (G20), segundo o Bulletin de la Banque de France, 250/2 – janeiro - fevereiro 2024:

O Brasil, junto com outros países do BRICS, está em uma posição favorável para influenciar a agenda do G20, já que os três presidentes sucessivos do G20 entre 2023 e 2025 são países do BRICS+ (Índia em 2023, Brasil em 2024 e África do Sul em 2025). Isso dá ao Brasil uma oportunidade significativa de moldar discussões sobre temas relevantes para o "Sul Global".

Isso pode significar para o Brasil, uma oportunidade de reforçar sua posição como um defensor da reforma das instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, onde o país busca um assento permanente. A participação ativa do Brasil no Brics pode servir como uma plataforma para promover uma agenda que priorize a equidade e a justiça nas relações internacionais, alinhando-se com os interesses dos países em

desenvolvimento. Os Brics estão considerando a criação de uma moeda única, o que poderia reduzir a dependência do dólar americano nas transações internacionais. Isso representa um desafio direto à hegemonia econômica dos EUA e pode alterar as dinâmicas comerciais globais, um dos possíveis caminhos é o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que de acordo com (ACIOLY, 2019), O NDB tem ainda importantes desafios a serem enfrentados para atingir esses objetivos relacionados à "oferta de crédito para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável"

A 15ª cúpula dos Brics abordou uma ampla gama de tópicos, incluindo saúde global, investimentos em ciência e tecnologia, educação, transformação digital, gestão de desastres naturais, e direitos de povos indígenas. Isso demonstra uma intensificação da articulação política do bloco além de questões econômicas (Reis; Rosa, 2023). Segundo os autores, foi reafirmado o compromisso com a Agenda 2030, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando a importância da transferência tecnológica e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Além da prática pacífica na qual comumente o Brasil se predispõe em suas interações com a comunidade internacional, que corrobora com as questões de segurança discutidos durante a cúpula, conforme a Declaração de Joanesburgo II, 2023, incluindo a pacificação na África, a normalização das relações entre a Arábia Saudita e o Irã, e a situação na Ucrânia, reafirmando a importância da diplomacia e do diálogo. Com intuito de reformar a governança global, com foco no sistema da ONU, bem como a despolitização de fóruns internacionais, (Reis; Rosa, 2023).

4. IMPACTOS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL

A expansão pode facilitar uma maior cooperação entre países em desenvolvimento, promovendo investimentos e comércio entre eles. Isso pode ajudar a fortalecer economias emergentes e criar oportunidades de mercado, especialmente em setores como energia, agricultura e tecnologia. Para isso, o Brasil precisa estar atento às questões geopolíticas envolvidas no BRICS. (Yang, 2021) ressalta que a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS é um passo significativo para financiar projetos de infraestrutura no Brasil e em outros países membros, mas faz-se necessário que o Brasil melhore seu ambiente de negócios e ofereça condições mais atrativas para os investidores, a intenção de explorar o uso de moedas locais em transações internacionais pode reduzir a dependência do dólar americano, promovendo uma maior diversificação nas reservas e

nas transações comerciais. Isso pode levar a uma desdolarização gradual da economia global, conforme mencionado na cúpula de Johannesburgo, tendo em vista que com a inclusão de novos membros, o BRICS representará uma parte significativa da população mundial (47%) e do PIB global (36%). Isso pode aumentar a influência do bloco nas decisões econômicas e políticas globais, desafiando a hegemonia de blocos como o G7 (Ramos, 2023). No entanto é importante observar o papel que China e Índia desempenharão, visto que a maior parte dos membros do bloco estão mais próximas geograficamente. De acordo com (Ramos, 2023), a inclusão de países produtores de petróleo, como a Arábia Saudita e o Irã, pode alterar as dinâmicas do mercado de energia, influenciando preços e políticas energéticas globais. Isso pode ter repercussões significativas para países que dependem de importações de energia.

Podemos observar para quais países os estados brasileiros mais exportam seus produtos e quais os principais produtos vendidos, a China continua sendo a maior parceira comercial com 31% da participação, seguido dos EUA (12%). De acordo com (Brasil em Mapas, 2023) os EUA deixaram de ser o maior destino do estado de Santa Catarina, vendendo mais para a China e retornando as negociações com os EUA em 2024. Assim como Alagoas que trocou os Estados Unidos para vender seu açúcar para a China. E o Amazonas tem agora como principal parceiro a Alemanha, deixando de vender preparações para massas para a Colômbia. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Brasil, 2024), os produtos mais exportados do Brasil foram soja, açúcar, petróleo bruto e minério de ferro.

A estratégia econômica deve priorizar investimentos em inovação, tecnologia e qualificação da mão de obra para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. No entanto, a maior parte dos produtos que o Brasil exporta para a China são commodities de baixo valor agregado, o que reflete uma dependência perigosa do país em recursos naturais. Estados inteiros baseiam sua economia na exportação de matérias-primas, sem diversificação ou inovação tecnológica. Essa dependência agrava a vulnerabilidade econômica, além de perpetuar o status de "exportador virtual de água", já que grande parte das *commodities*, como soja e carne, exigem imensos recursos hídricos. O Brasil, ao invés de agregar valor, exporta riqueza natural sem benefícios sustentáveis. Outro ponto de atenção se dá ao fato da necessidade de se industrializar de forma mais rigorosa, a China, maior parceira comercial do Brasil na atualidade, já firmou acordos e parcerias com países do continente africano com infraestrutura e maquinário agrícola, podendo haver uma mudança substancial nos provimentos desses produtos num futuro próximo, dada a

questão geográfica. É importante garantir que esses investimentos sejam direcionados para áreas estratégicas e que tenham potencial para gerar retornos econômicos significativos e não dependa apenas do agronegócio. A questão do continente Africano para o Brics também é um ponto a ser considerado, já que foi tema da 15ª cúpula, pois mesmo com tais investimentos, o continente ainda enfrenta desafios logísticos complexos devido à vastidão do território e à diversidade de sistemas políticos e administrativos. Não é um continente unificado como o Brasil, e cada país tem sua própria legislação, burocracia e desafios específicos. Isso torna a integração logística entre os países mais difícil e limita a eficiência no comércio de grande escala. Dificuldade também se colocam internamente na situação do Brasil, Hiper concentração fundiária leva a hiper concentração de capital e a uma desigualdade abissal, a consequência: 48% do PIB brasileiro fica concentrado na mão de 1% da população, configurando o país mais desigual de renda do G20. É necessário ao Brasil e aos outros países do BRICS diversificarem suas exportações e não se limitarem a produtos primários, a fim de fortalecer sua soberania econômica, assim conseguindo enfrentar as dinâmicas de mercado e as relações em desigualdade com países e blocos já desenvolvidos e consolidados (PET-REL, 2024).

Por fim, o Brasil deve buscar a cooperação também nos acordos regionais que já participa, possibilitar uma maior articulação com o Mercosul e tentar de alguma forma tornar coeso e significativa a participação Argentina. Já em relação ao processo de expansão, foi possível observar que as exportações do Irã para o Brasil aumentaram 2,5 vezes nos primeiros cinco meses do atual ano iraniano (março a agosto de 2024), de acordo com Ahmad Firouzi, chefe da Diretoria Geral de Assuntos Europeus e Americanos da Organização de Desenvolvimento Comercial do Irã, divulgado pelo (Pars Today; TV BRICS, 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do BRICS é um processo dinâmico que requer monitoramento contínuo para uma análise aprofundada, sobretudo nos seguintes aspectos; se as reformas de instituições forem concretizadas, a influência que o Brics pode vir a ter entre países latino-americanos e o desenrolar das interações do Brasil e novos membros do BRICS em áreas específicas como energia, tecnologia e segurança alimentar, assim como o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) no financiamento de projetos de desenvolvimento no Brasil e outros países membros do bloco, que será motor de muitas dessas possibilidades futuras

de negócios e investimentos.

A pesquisa embora careça de dados mais expressivos, pode sinalizar que a expansão do BRICS impacta profundamente na política externa e nas relações econômicas do Brasil. Muito além das relações econômicas e muito estimulado nas falas do atual presidente Lula, o novo Brics, possibilitará um avanço e marco nas futuras relações, o estímulo a pesquisa científica, o intercâmbio cultural e o desenvolvimento poderão ser chaves para o estabelecimento dessa nova governança mundial que se coloca no cenário internacional, com isso espera-se que o Brasil possa ser vetor de mudanças e exemplos nas mais diversas áreas, intensificando sua diplomacia, promovendo diálogo e cooperação com os mais diversos atores internacionais, sejam eles membros ou não do Brics, buscando sempre ações justas e equilibradas, tornar-se competitivo economicamente e não depender apenas do agronegócio, diversificando sua economia.

Além de possibilitar a adesão de outros países da América do Sul, estimulando mais sua economia. Com o fortalecimento do Sul Global, podemos esperar um possível agrupamento como fórum principal, no que diz respeito a agenda do sul, sendo um contraponto mais forte ao G7. Um ponto de atenção cada vez mais necessária é a situação do derretimento do gelo polar no Ártico, devido as mudanças climáticas, com esse cenário, novas rotas de navegação e a possibilidade de acesso a vastos recursos naturais, a região tem sido palco estratégico para disputas internacionais, estima-se que a região contenha grandes quantidades de metais raros, petróleo, minerais e gás natural, sendo peças-chave para o desenvolvimento tecnológico e produções sustentáveis. O tempo de viagem também poderá sofrer mudanças consideráveis, sobretudo em relação entre Ásia e Europa, bem como o Canal de Suez. Além dos Estados Unidos e Rússia, a China se autodenomina um “estado próximo” e sinaliza interesse na exploração da região, além de outros atores geopolíticos, desencadeando um ponto crucial de tensão no futuro próximo, sendo além de uma questão ambiental, um dos pilares da nova governança mundial. A militarização da região muito provavelmente irá se intensificar. O Ártico já é uma das áreas mais vulneráveis às mudanças climáticas, e o resultado da expansão da atividade industrial pode acelerar o degelo e agravar os efeitos climáticos em escala global. A Rússia está em uma posição aparentemente favorável, a teoria do Heartland proposta por (Mackinder, 1904) destaca a luta geopolítica entre potências terrestres e marítimas, isso se reflete nas estratégias de potências como a Rússia, que ainda busca manter influência sobre os países da Europa Oriental e da Ásia Central, áreas que (Mackinder, 1904) considerava vitais. A anexação da

Crimeia em 2014 pela Rússia, e os conflitos na Ucrânia, demonstram a relevância dessa teoria no que diz respeito as tensões geopolíticas atuais. Embora a teoria tenha sido desenvolvida em um contexto histórico específico, seus princípios ainda são relevantes para entender as dinâmicas geopolíticas contemporâneas. Com esse cenário a Rússia está cada vez mais adquirindo maritimidade, devido as mudanças climáticas e abrindo novas oportunidades e com a Rota Marítima do Norte se tornando uma via estratégica, a Rússia não apenas mantém seu papel como a potência central na Eurásia, mas também expande sua influência marítima. Isso reforça a ideia de (Mackinder, 1904), de que quem controla o “coração da terra” tem o potencial de dominar o mundo.

Por fim, o desenrolar dessa tensão geopolítica, pode propiciar ao BRICS uma maior cooperação econômica, a exploração de recursos naturais, além de atrair novos membros ao grupo, no entanto se faz necessária observação futura sobre as mudanças climáticas e suas implicações para o comércio e como o BRICS irá lidar com iniciativas de colaboração em desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana. **Arquitetura Financeira Conjunta do BRICS: O Novo Banco de Desenvolvimento**. IPEA, 2019 Trabalho de Conclusão de Curso.

BANQUE DE FRANCE. **Expansion of BRICS: what are the potential consequences for the global economy?** Bulletin de la Banque de France, n. 250/2, p. 1-14, jan.-fev. 2024.

BAUMANN, R. *et al.* **O Brasil e os demais BRICS. Comércio e Política**. Editora do IPEA, 2010.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **“Estatísticas de Comércio Exterior.”** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>. Acesso em: 6 out. 2024.

MORI, Sueme; PINHEIRO, Eric Ramos. **Ampliação dos BRICS: além das questões econômicas**. CNA Brasil, 2023. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/artigo-ampliacao-dos-brics-alem-das-questoes-economicas>. Acesso em: 27 set. 2024.

DECLARAÇÃO de Joanesburgo II: Sandton, Gauteng, África do Sul. *In*: Ministério das Relações Exteriores, 2023.

FERRARI, Andrés; RIBEIRO, Erik. **China vs. Índia e a disputa pelo poder global**. 2020. Disponível em: <https://www.americalatina.net.br/china-vs-india-e-a-disputa-pelo-poder-global-por-andres-ferrari-e-erik-ribeiro/> Acesso em: 03 out. 2024.

FIGUEIREDO, Filipe. **“Quem ganha e quem perde na expansão do BRICS?”** Gazeta do povo, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/filipe-figueiredo/quem-ganha-e-quem-perde-na-expansao-do-brics/> Acesso em: 26 set. 2024

FIORI, José Luís. **“Brasil – uma estratégia em construção.”** Aterraeredonda, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/brasil-uma-estrategia-em-construcao/> Acesso em: 27 set. 2024.

FIORI, José Luís. **“Novo BRICS explode a ordem internacional.”** Tutameia, 2023. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/#:~:text=%E2%80%9CA%20incorpora%C3%A7%C3%A3o%20dos%20seis%20novos,da%20UFRJ%20Jos%C3%A9%20Lu%C3%ADs%20Fiori>. Acesso em: 29 set. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **“Perspectivas Econômicas Mundiais (abril de 2024).”** 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/profile/MAE> Acesso em: 29 set. 2024.

IPEA. **“Traçando novos rumos: O Brasil em um mundo multipolar.”** Foresight, 2011.

Disponível

em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_tracandonovos_foresight.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

NYE, Joseph, **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Public Affairs, 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

PET-REL (Org.). **Expansão do BRICS**: Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. v. 6, n. 2, jun. 2024. Disponível em: http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n2_jun_2024/Expansao_do_BRICS_v_6_n_2_jun_2024.pdf Acesso em: 05 out. 2024.

PODER360. **Ao vivo: Lula faz live semanal**: YouTube, 29 ago. 2023. 41 min 45 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OsHQEY30Lgg> Acesso em: 25 set. 2024.

RAMOS, Mauro. **"A expansão do Brics não é uma vitória exclusiva da China."** Brasil de fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/a-expansao-do-brics-nao-e-uma-vitoria-exclusiva-da-china#:~:text=A%20realidade%20%C3%A9%20que%20sim,majorit%C3%A1rios%20para%20o%20pa%C3%ADs%20asi%C3%A1tico>. Acesso em: 26 set. 2024.

REIS, Gabriela Ferreira Chagas; ROSA, Júlia Driemeier Vieira. **A Cúpula do BRICS 2023 em Perspectiva: Uma Análise dos Resultados e do Processo de Expansão do Grupo**. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. **O BRICS e a governança global**. Evento realizado pelo CEBRI, no dia 07 de julho de 2022.

STATISTICAL Review of World Energy. 72nd ed. Energy Institute, 2023.

TV BRICS. **"Irã dobra suas exportações para o Brasil nos primeiros meses de 2024."** ParsToday, 2024. Disponível em: <https://tvbrics.com/pt/news/ira-dobra-suas-exportacoes-para-o-brasil-nos-primeiros-meses-de-2024/> Acesso em: 10 out. 2024.

YANG, Chuqiao. **A posição estratégica do mecanismo de cooperação do BRICS na política externa do Brasil (2009-2020)**. 2021.

YING, Liu. **O BRICS e a governança global**. *In*: CEBRI, 2022.